



ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DESCREVENDO A PRÁTICA DO PSICÓLOGO E A SUA ATUAÇÃO

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.11226>



Juliano Beck Scott

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil

Isabel Fernandes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil

Aline Cardoso Siqueira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Brasil



Resumo

Este estudo advém de um programa de cooperação acadêmica (Procad) entre diferentes universidades brasileiras, que investigou a atuação da psicologia em instituições de acolhimento, descrevendo a prática do psicólogo e a sua atuação. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, que contou com a participação de três psicólogas atuantes em instituições de acolhimento, sendo uma de cada cidade integrante do estudo. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com as participantes. O instrumento seguiu um roteiro com questões amplas sobre o serviço e questões específicas sobre a prática profissional das psicólogas. Os resultados encontrados indicam que a atuação do psicólogo tem se centrado no atendimento individual e em grupo, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, no treinamento e capacitação de funcionários e na articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Infância e adolescência; Prática do psicólogo.

Introdução

A interface entre a Psicologia e a Assistência Social no que tange à infância e juventude tem sido construída historicamente a partir de influências econômicas, políticas e sociais de cunho nacional e internacional que definiram os serviços direcionados a esse público em cada época (SARMENTO, 2004). O Brasil inicia sua atenção a esse público com a chamada assistência aos expostos, influenciada pela cultura europeia que ganhou esse nome por recolher crianças utilizando um mecanismo colocado nas paredes das instituições que funcionava como uma roda, mais conhecida como “roda dos expostos”, garantindo o anonimato do responsável pelo abandono. Esse tipo de assistência era de cunho religioso e filantrópico e ocorria nas Santas Casas de Misericórdia. Essas instituições acolhiam as

crianças provendo-lhes comida e alojamento enquanto necessário (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Ao longo do tempo, com o crescimento populacional e a Revolução Industrial, além das diversas denúncias feitas a essas instituições, com relação ao grande índice de mortalidade infantil e os diversos maus tratos sofridos pelas crianças acolhidas, o Estado teve, pela primeira vez, que intervir nessa população, oferecendo apoio às instituições filantrópicas. Nessa época, a criminalidade existente era vinculada às crianças e adolescentes órfãos e abandonados, dando origem às primeiras instituições totalitárias da história do país, que tinham o intuito de inibir a criminalidade e garantir a força de trabalho necessária ao capitalismo (ALVES, 2001; FALEIROS, 2004).

Esse cenário fomentou o desenvolvimento de ampla legislação voltada à infância “abandonada e delincente” no país, surgindo em 1927 o primeiro Código de Menores, no qual se legitimou a internação de crianças e adolescentes considerados abandonados e/ou delinquentes em instituições. Além disso, o referido código considerava as crianças e adolescentes como “objetos de tutela” do Estado (ALVES, 2001; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Nos anos seguintes, a pressão da sociedade civil aumentou e ocorreu a revisão do Código de Menores de 1927, sendo instituído o Novo Código de Menores, em 1979 (BRASIL, 1979). Entretanto, esse código ainda considerava a criança como objeto de tutela do Estado, possuindo um caráter repressivo e de culpabilização da pobreza, ou seja, crianças e adolescentes pobres eram culpabilizados pelo Estado e pela sociedade visto o lugar social que ocupavam, o que gerava condutas coercitivas no atendimento dessa população (BOEIRA, 2014).

Essa realidade só começou a sofrer alterações após a redemocratização do país, que aliada a um cenário internacional favorável à discussão com relação aos direitos da criança e do adolescente, gerou no Brasil debates, movimentos e mudanças. Esse conjunto de ações composto por frentes religiosas, Fórum de Direitos das Crianças e Adolescentes, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, solicitavam medidas relacionadas, principalmente, à institucionalização de crianças, visto que 50% das crianças brasileiras estariam em situação irregular, de acordo com relatório da CPI do menor (BOEIRA, 2014).

Rizzini e Rizzini (2004) ressaltaram que a história da institucionalização no Brasil sofreu mudanças significativas somente a partir dos anos 80, quando essa cultura institucional passou a ser questionada. Até o início dos anos 80, o termo internato era ainda utilizado para descrever as instituições que acolhiam, de forma provisória ou permanente, órfãos, carentes ou delinquentes da época. Diante disto, surgiram várias inquietações relacionadas à eficácia

das medidas tomadas com as crianças institucionalizadas. Essas inquietações foram fomentadas pela disseminação de inúmeros seminários, congressos, simpósios, publicações e discussões sobre iniciativas que mudassem o panorama. Várias ações foram materializadas, como a inclusão do artigo 227, da Constituição Federal de 1988, sobre os direitos da criança e, posteriormente, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, como substituto do Novo Código de Menores de 1979 (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O ECA (BRASIL, 1990) inovou ao propor a Doutrina da Proteção Integral reconhecendo a importância dos cuidados integrais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como o seu estatuto de sujeitos de direitos, e não mais de objetos de tutela. Assim, crianças e adolescentes passam a gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo, inclusive, responsabilidade da família, da sociedade e do poder público assegurar o cumprimento de medidas que permitam a proteção e o alcance de direitos básicos e fundamentais. O acolhimento institucional, a partir do ECA, passa, portanto, a ser considerado como situação excepcional, já que à criança e ao adolescente é assegurado o direito a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A partir de 2004, o acolhimento institucional passou a fazer parte do sistema de proteção social, mais especificamente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que presta assistência a famílias onde os vínculos foram prejudicados e os direitos violados, fornecendo acolhimento aos membros afetados e sendo responsável pelo resgate do convívio familiar (BRASIL, 2004). Cabe destacar importantes avanços nesse ínterim como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, de 2006, (BRASIL, 2006a) e a Lei 12.010, também conhecida como “Nova Lei Nacional da Adoção” (BRASIL, 2009a), do ano de 2009. Assim, o afastamento familiar passou a ser evitado, devendo ocorrer de forma excepcional e breve, apenas quando inexistir outra medida de proteção possível, tendo o acolhimento institucional o dever de levar em conta a formação de vínculos, bem como práticas de cuidado mais individualizadas e menos coletivas (SILVA; ARPINI, 2013).

A Lei 12.010/2009 contribuiu para que essas práticas de cuidado mais individualizadas fossem implantadas nos serviços de acolhimento, atribuindo certa especificidade às equipes técnicas das instituições de acolhimento, com destaque para a importância do processo de reinserção familiar (BRASIL, 2009a). A inserção de profissionais de psicologia ocorreu por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS (NOB-RH/SUAS) (BRASIL, 2006b), que trouxe como inovação a composição de uma equipe de referência para atendimento psicossocial composta por profissionais de nível superior. No acolhimento

institucional de crianças e adolescentes, por exemplo, seja na modalidade de abrigo, casa-lar ou casa de passagem, deve estar presente um psicólogo para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos (BRASIL, 2006b). Portanto, a partir de 2006, houve a necessidade de contratação de psicólogos no atendimento às crianças e adolescentes acolhidos, fazendo com que um grande número desses profissionais se inserisse nesses equipamentos da assistência social.

Conforme pesquisa de Silva et al. (2015), que entrevistou seis psicólogas atuantes na equipe técnica dos serviços de acolhimento de diferentes cidades do litoral catarinense, a atuação psicológica em serviços de acolhimento é um campo ainda pouco explorado e que necessita de estudos que compreendam as intervenções que estão sendo realizadas a fim de proporcionar um acolhimento institucional mais integral e contextualizado. Conforme Brito, Rosa e Trindade (2014), a realidade do acolhimento institucional nas diferentes regiões do país ainda se encontra num processo de implementação das diretrizes contidas na legislação vigente, o que parece indicar tanto a permanência de resquícios da cultura de institucionalização quanto a necessidade de avanços na efetivação de novas propostas de atendimento.

Cabe ressaltar que, de acordo com o levantamento nacional sobre crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no Brasil, realizado por Assis e Farias (2013), existiam até 2013 cerca de 37 mil crianças e adolescentes vivendo em acolhimentos institucionais. Tal dado demonstra que o número de crianças e adolescentes acolhidos no país ainda é grande, o que faz com que a prática dos psicólogos nesses serviços seja além de necessária, um importante dispositivo de mudança nesses locais. Diante disso, buscou-se, por meio deste estudo, investigar a atuação do psicólogo no contexto do acolhimento institucional nas três cidades integrantes do estudo: Natal (RN), Brasília (DF) e Santa Maria (RS).

Método

Delineamento e participantes

Este estudo faz parte da pesquisa intitulada “Psicologia e políticas públicas: saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social” que advém de um Programa de Cooperação Acadêmica (Procad) entre três diferentes programas de pós-graduação do país: o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde da Universidade de Brasília (UnB), aprovado e financiado pela Fundação de

Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes). Assim, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, pois trabalha com o universo dos significados, crenças, valores, opiniões e atitudes (MINAYO, 2007).

Participaram do estudo três psicólogas atuantes em instituições de acolhimento, sendo uma de cada cidade integrante do estudo (Natal, Brasília e Santa Maria). A amostra foi por conveniência e as participantes do estudo foram indicadas pelas direções dos acolhimentos institucionais contatados. As entrevistadas tiveram seus nomes preservados, sendo identificadas por: participante de Natal, participante de Brasília e participante de Santa Maria. Duas das instituições são de cunho não governamental e uma de cunho governamental, sendo duas das instituições caracterizadas como Casas Lares, que se constituem em serviços de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (BRASIL, 2009b). A outra instituição é caracterizada como Abrigo Institucional, o qual consiste em um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2009b).

Instrumento

Como instrumento de coleta de dados, recorreu-se a uma entrevista semiestruturada, que foi audiogravada e posteriormente transcrita. Tal entrevista contemplava um roteiro com questões amplas sobre o serviço e questões específicas sobre a prática profissional da(o) psicóloga(o). Portanto, os eixos norteadores da entrevista, mais especificamente, abordavam a formação e trajetória profissional da entrevistada, alguns dados sobre o serviço de acolhimento, bem como a prática das psicólogas no serviço de acolhimento, atentando, principalmente, para as atividades desempenhadas, as técnicas e instrumentos utilizados no seu trabalho, e as dificuldades e desafios enfrentados na sua prática.

Procedimento e Considerações Éticas

Para a realização da pesquisa, desenvolvida em âmbito nacional a partir da cooperação acadêmica entre os distintos programas de pós-graduação, utilizou-se um mapeamento geral

das instituições de acolhimento que detinham psicólogos em sua equipe profissional nas diferentes cidades participantes do estudo (Natal, Brasília e Santa Maria). Após contato prévio com as instituições e seus profissionais, obteve-se a autorização institucional e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos através da Plataforma Brasil. Após a aprovação do projeto (CAAE 45151815.4.1001.5346), procedeu-se o convite para participação e posterior realização da coleta. Os participantes que concordaram em participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e todos os cuidados éticos foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, conforme resolução CNS 510/2016 (BRASIL, 2016), preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas. Em nenhum dos procedimentos realizados, houve riscos à dignidade do participante, e todo material desta pesquisa encontra-se sob responsabilidade dos pesquisadores.

Análise de Dados

Um método muito utilizado em pesquisas qualitativas e que se enquadra neste estudo, é a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2004, p. 26), a análise de conteúdo é “um método muito empírico que depende do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como *objetivo*”. Portanto, este tipo de análise compreende um conjunto de técnicas de pesquisa que tem como objetivo principal a busca de sentido nos dados analisados (BARDIN, 2004). Sendo assim, a análise dos dados ocorreu em diferentes etapas. Inicialmente, cada entrevista realizada foi analisada de forma individual, buscando uma impressão inicial sobre o material e seu conteúdo. Após esse primeiro contato, todas as entrevistas foram analisadas em sua totalidade, buscando considerar a frequência com que apareceram determinados aspectos e o seu significado diante do conteúdo apresentado. Por último, as palavras que se destacaram na fala das participantes foram inseridas no software QDA Miner, que auxiliou na organização do conteúdo das falas e na criação das categorias. Assim, emergiram três categorias: (1) Perfil profissional e formação; (2) Caracterização da instituição e atividades desenvolvidas e (3) Instituição de acolhimento e as articulações com a rede.

Resultados e Discussão

Perfil profissional e formação

A presente categoria contém o perfil profissional das participantes, além de informações referentes à sua formação em Psicologia, bem como qualificações e/ou

capacitações posteriores à graduação que embasam teoricamente a sua prática psicológica no serviço de acolhimento.

As participantes do estudo possuem diversificados tipos de pós-graduação em nível de especialização, sendo uma na área clínica, uma na área organizacional e outra, especificamente, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Todas citam uma atuação prévia em serviços socioassistenciais como o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Além de citarem a participação em cursos de capacitação que corroboram suas atuações dentro da instituição de acolhimento.

Especificamente, as participantes oriundas de organizações não governamentais, das cidades de Santa Maria e Brasília, apontam capacitações oferecidas pela própria instituição realizadas antes da ocupação do cargo em si. Ademais isso, as formações complementares são realizadas através do interesse de cada psicóloga, não sendo estimuladas pelas instituições nas quais trabalham o que aponta, como encontrado por Moreira (2014), um possível déficit no que diz respeito à garantia da formação continuada desses profissionais.

Com relação à graduação em Psicologia, duas das profissionais entrevistadas são oriundas de universidades privadas e uma de universidade pública, o que obedece ao dado exposto por Bastos e Gondim (2010) quando falam sobre o crescente número de psicólogos oriundos de universidades privadas que se inserem no campo da assistência. As profissionais de Brasília e Santa Maria afirmaram ter tido um acesso básico, ainda na graduação, a conhecimentos que corroboram suas práticas, tendo as duas participantes citado a importância de disciplinas como Psicologia Social e Psicologia Comunitária na grade curricular dos cursos de Psicologia. Tal afirmação vem ao encontro de Ribeiro e Guzzo (2014) quando defendem a Psicologia Comunitária como importante embasador teórico para a prática no campo da Assistência Social. A profissional de Natal, no entanto, coloca que sua formação foi deficitária sobre assuntos que dizem respeito às políticas públicas, o que faz com que, diante da sua prática, busque mais conhecimento na literatura existente sobre esse assunto. A formação dos psicólogos, desde a aprovação da profissão no Brasil por meio da Lei 4.119/62 (BRASIL, 1962), tem enfatizado uma atuação clínica que caracterizou a profissão por um longo tempo (RIBEIRO; GUZZO, 2014). Conforme Carvalho e Yamamoto (2002) e Oliveira e Paiva (2016), a transposição do modelo clínico tradicional para outros espaços de trabalho do psicólogo como a saúde pública e a assistência social acaba prejudicando a prática psicológica, visto que esta fica pautada numa dimensão individual e de ajustamento em detrimento de determinantes sociais e macroestruturais. Conforme Oliveira e Paiva (2016), a

inserção do psicólogo no campo do bem-estar deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e não apenas de ajustamento e/ou adaptação.

Caracterização da instituição e atividades desenvolvidas

Essa categoria buscou caracterizar as instituições de acolhimento e seu funcionamento interno, bem como mapear as atividades desenvolvidas pelas profissionais de psicologia nesse serviço. Como já exposto anteriormente, duas das três instituições contatadas são de origem não governamental, o que remete a Paiva e Yamamoto (2010) quando afirmam que o chamado “terceiro setor” tem sido usado como uma estratégia posta pelo Estado diante das reduções de gastos públicos destinados às políticas sociais.

A contratação por processo seletivo se mostrou em duas das três instituições (Santa Maria/RS e Brasília/DF), apenas na instituição de acolhimento de Natal/RN, que se caracteriza pelo caráter governamental (público), a psicóloga é concursada. Das dificuldades apontadas pelas profissionais, a rotatividade dos profissionais se mostrou uma questão recorrente. Especialmente para a participante oriunda da instituição governamental, única concursada do local. A participante de Natal fala sobre a descontinuidade do trabalho que a rotatividade causa, afirmando, inclusive, que esse aspecto interfere na qualidade do serviço prestado às crianças e aos adolescentes em acolhimento:

Sempre, vai tendo sempre essa rotatividade, não faz muito tempo que esse pessoal chegou e eu acompanhei a saída do outro pessoal (profissionais contratados), pela mudança que dá, por mais que a gente tente a mesma rotina e repasse as informações não é a mesma coisa, são crianças que já vieram de um contexto de muitas diferenças, então pra eles qualquer mudança já pode gerar um quebra-quebra, um monte de palavrão (participante de Natal).

Dentre as atividades desempenhadas pelas profissionais, o acompanhamento de crianças e adolescentes visando à reinserção junto à família de origem é uma atividade central. Falando um pouco sobre as especificidades locais, as profissionais de Brasília e de Natal afirmaram realizar atendimentos individuais tanto de crianças quanto de familiares. A profissional de Santa Maria, por outro lado, apresentou características peculiares quando comparada as outras participantes da pesquisa, visto que esta possuía uma atuação voltada para a área organizacional. Quando perguntada a respeito de atendimentos individuais, a entrevistada de Santa Maria afirma:

Eu não faço atendimento individual, porque eu sou psicóloga da organização, como um todo, né. Então, os atendimentos individuais são feitos com outros profissionais da psicologia, a gente faz os encaminhamentos pros profissionais no caso né, ou conforme a necessidade (participante de Santa Maria).

Além disso, todas as profissionais afirmaram realizar atividades em conjunto com as assistentes sociais. Essas atividades, no entanto, não são colocadas como interdisciplinares, e sim, como uma espécie de divisão de tarefas de uma mesma função confusamente delimitada em alguns momentos. A escuta clínica citada pelas profissionais como diferencial de suas práticas com relação às profissionais de serviço social, é, inclusive, colocada, também, como um papel dividido. A profissional de Santa Maria fala o seguinte:

Nós e a equipe técnica, o tempo inteiro, junto, junto, junto, desde a escuta, muitas vezes né, e acho que isso fortalece o trabalho como um todo né [...] E no caso, quando eu não estou, ela sabe de todos os casos né, então quando uma não está, a outra já está familiarizada de tudo (participante de Santa Maria).

Sobre isso, Senra (2005) apud Senra e Guzzo (2012) afirmam que o trabalho do serviço social em conjunto com a psicologia considera essa questão como um ponto de conflito que gera dúvidas quanto à especificidade ou complementaridade das atuações, estando esses profissionais em uma situação de constante questionamento com relação às suas funções. Apesar de não haver uma divisão de tarefas nas orientações técnicas, Oliveira (2005) destaca que há uma divisão de tarefas e não a proposta de realizar as atividades em conjunto. Estando os profissionais de Psicologia envolvidos com questões mais internas de caráter relacional e encaminhamentos externos, e os profissionais do serviço social ligados a tarefas que dizem respeito à efetivação de direitos e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Essa confusão de papéis, segundo a autora, estaria relacionada ao grande acúmulo de funções pelos profissionais.

Quando perguntadas sobre o período de dois anos de permanência delimitados como tempo máximo pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), todas elas afirmam que esse limite é, na maioria das vezes, respeitado, e que as instituições de acolhimento funcionam sim como uma medida protetiva. Elas afirmam que, na maioria dos casos, a reinserção familiar é realizada com sucesso. No entanto, apesar dos esforços da instituição e das políticas para evitar que esse período se prolongue, geralmente ele é excedido. Conforme as Orientações Técnicas para os serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009b), o processo de desligamento deve fazer parte de um processo gradativo, tendo o acompanhamento detalhado da equipe técnica da instituição. Essa tarefa específica foi uma das principais demandas expostas pelas profissionais entrevistadas.

Instituição de acolhimento e as articulações com a rede

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) consiste em um “conjunto ordenado e interdependente de atores e instituições responsáveis pela exigência dos direitos previstos em lei quando o Estado, a sociedade ou a família faltam em cumpri-los” (MOREIRA, 2014, p.52). Assim, segundo Oliveira e Paiva (2013), o funcionamento da rede se dá de forma horizontal e transversal entre instituições governamentais e não governamentais em três instâncias: promoção e atendimento, controle e responsabilização. Essa categoria buscou explorar de que forma as instituições de acolhimento se articulam com o Sistema de Garantia de Direitos para o atendimento efetivo dos usuários assistidos e suas famílias.

Das três instituições, apenas uma das profissionais entrevistadas demonstrou satisfação com a articulação feita com outros serviços, a participante de Brasília. A profissional entrevistada afirma ter grande potencial articulatório com toda a rede de apoio, não encontrando problemas nessa relação. Ela diz:

Então, a gente sempre conta com ajuda das redes, que nem sempre são as redes formais, então a gente tem as cidades satélites espaços que dão aula pra pessoas que querem ser um empreendedor, a gente conta muito com essa rede também que não é formal, por exemplo (participante de Brasília).

As participantes de Santa Maria e Natal, por outro lado, apontam dificuldades nessa articulação. A participante de Santa Maria citou que, apesar dessa conversa entre os serviços e a instituição existir, há muito a ser melhorado, e que o principal motivo para essas dificuldades está relacionado à falta de comunicação entre os profissionais e o despreparo de algumas instituições membros do SGD. A dificuldade de comunicação entre os atores que compõe o SGD também apareceu nos resultados encontrados na pesquisa de Faraj, Siqueira e Arpini (2016), realizada em um município do Rio Grande do Sul, na qual participaram três conselheiros tutelares, um delegado de polícia e um promotor de justiça, que relataram sobre a sua experiência no SGD. A referida pesquisa menciona que apesar de existir um avanço na comunicação entre os atores que compõem o SGD, a falta de articulação e de um trabalho integrado ainda dificulta a efetivação da política e o atendimento aos usuários. Além disso, Oliveira e Paiva (2013) apontam que a falta de conhecimento dos profissionais e da sociedade em geral com relação à nova legislação da assistência apresenta-se como um grande entrave na efetivação da política de assistência social no Brasil. As entrevistadas, por sua vez, afirmam que essa questão influi, inclusive, na delimitação dos casos que de fato são passíveis de encaminhamento para a instituição de acolhimento. Quando perguntada sobre isso, a entrevistada de Natal diz:

Eu acho que tem bastante coisa que tem que melhorar. Muitas vezes, muitos serviços encaminham a família para tal serviço da rede, não é aquele, encaminha de novo. Eu acho que algo falta de comunicação aí, precisava ser mais articulado [...] volta a questão de capacitação de novo assim. Desde a questão de quando pra acolhimento em último caso, de saber realmente qual o caso que é pra acolhimento, porque, às vezes, ocorre casos que tem como orientar, que tem como a rede atuar mais, antes de vir pro acolhimento, que isso muitas vezes, é um simples encaminhamento pro acolhimento porque, naquele momento, a família não deu conta, e é considerado uma situação de risco [...] E as vezes nem é isso. É questão de orientação, às vezes falta dessa articulação em rede, pros encaminhamentos (participante de Natal).

O fato da falta de delimitação das funções entre os serviços também é citado como uma questão problemática pela entrevistada de Natal. Ela atribui a causa dessa dificuldade à falta de comunicação entre os profissionais. Quando perguntada a respeito, ela afirma o seguinte:

É muito capenga, a criança chega aqui tendo o direito violado, tem muita coisa que a gente faz que deveria ser o CREAS, [...] é muito difícil colocar os CREAS no mesmo diálogo, os CRAS pior ainda, e é tudo na mesma secretaria, mas é muito difícil, fica nessa coisa, essa atribuição é minha, essa é sua (participante de Natal).

No que diz respeito à articulação especificamente com o judiciário, todas as profissionais entrevistadas citam o fato de que seus relatórios têm grande peso perante a decisão atribuída pelo juiz sobre a condição legal da criança e adolescente, sendo elas, inclusive, avisadas sobre isso nas capacitações que participam. A entrevistada de Santa Maria faz um contraponto às outras entrevistadas afirmando ter uma excelente relação com o judiciário descrevendo-o como flexível. Afirma ser possível a realização de um trabalho conjunto com reuniões onde todas as partes são ouvidas, em seus termos:

A gente tá tendo uma ótima articulação com eles também, o Judiciário sempre entra em contato conosco, a Promotoria também. Se tiver algum caso muito urgente, a gente entra em contato com eles, agenda uma reunião. Vamos discutir sobre o caso [...] Acho que tá sendo bem mais articulado com o Judiciário do que no passado (participante de Santa Maria).

Por outro lado, a entrevistada de Brasília afirmou ter muitas dificuldades nessa relação em especial. Principalmente no que diz respeito a prazos e a universalização de tratamento de casos que necessitam de uma atenção mais específica e da falta de uma equipe própria do judiciário. Sobre essa última questão, a entrevistada de Natal complementa:

A gente questiona muito essa nossa ligação com o judiciário, eles não têm equipe técnica na área de infância, a gente tem que dar conta da equipe técnica de lá, algumas coisas que deveriam ser feitas por eles a gente faz (participante de Natal).

Portanto, a atuação das psicólogas são as mais diversas possíveis, pois depende do funcionamento da rede e das articulações que são possíveis entre os serviços de cada região.

Cabe ressaltar que as redes informais são as que mais se destacam e proporcionam maior poder articulatório, pois dependem unicamente da relação individual que cada profissional estabelece com outros profissionais da rede, o que pode prejudicar o serviço prestado, pois além de estar em desacordo com a política da assistência social, fica à mercê da permanência e rotatividade dos profissionais, conforme exposto na categoria anterior.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo demonstraram que a atuação das psicólogas tem obedecido a uma constante, o atendimento individual e grupal, o fortalecimento de vínculos familiares, treinamento e capacitação de funcionários, dentre outras funções, sendo a articulação junto ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD) ainda apontada como uma dificuldade pela maioria das profissionais entrevistadas. Faz-se importante enaltecer que, apesar das diferenças contextuais, o acolhimento institucional devido à negligência dos pais e/ou responsáveis e a falta de preparo das instituições do SGD para o trabalho com crianças e adolescentes acolhidos foi comum no relato das profissionais entrevistadas. Percebeu-se que a falta de articulação e de comunicação entre os diferentes atores que compõem o SGD acaba prejudicando a qualidade do serviço prestado às crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, evidenciou-se que as instituições não têm garantido uma formação continuada aos profissionais, o que torna, de certa forma, deficitária a sua atuação. Tal fato acaba convergindo com a carente formação que muitos desses profissionais recebem na sua graduação, o que faz com que muitos deles busquem maior embasamento teórico na literatura existente sobre o assunto.

Outra questão que se mostrou presente no estudo e que precisa ser superada, exigindo dos profissionais a luta por melhores condições de trabalho, auxiliando a sua categoria numa melhor inserção nos campos de atuação, dentre os quais os ligados à assistência social, são os contratos por processo seletivo, ou seja, contratações que estipulam um tempo determinado de permanência do profissional no serviço de acolhimento e que interferem na continuidade do seu trabalho e, conseqüentemente, na qualidade do serviço prestado às crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, apesar das participantes do estudo demonstrarem conhecimento tácito com relação à amplitude e a não naturalização da situação de pobreza nas quais muitas das crianças e adolescentes acolhidas e suas famílias estão submetidas, parece não existir uma noção desenvolvida com relação à importância e a consciência de que suas atuações são também políticas, sendo as intervenções realizadas de maneira pontual, impossibilitando uma maior reflexão na busca de melhor qualidade de vida à população atendida e aos serviços

prestados pela instituição. Conforme Oliveira e Paiva (2016), cabe aos profissionais que atuam na proteção social (básica ou especial) um compromisso com a transformação social por meio de ações sobre os determinantes sociais, visando à transformação das condições de vida dos sujeitos atendidos.

Cabe ressaltar, no entanto, pontos positivos encontrados no estudo e que são importantes para os acolhidos e suas famílias, como a reinserção familiar e o desligamento institucional. De acordo com as entrevistadas a reinserção familiar tem sido realizada na maioria dos casos de forma satisfatória e o desligamento institucional tem auxiliado os egressos em questões do “mundo adulto”, denominação utilizada pelas participantes do estudo para nomear o mundo dos adolescentes fora da instituição de acolhimento. Ainda que as três entrevistadas forneceram informações cruciais para a compreensão da atuação do psicólogo nesse campo, entende-se que este trabalho apresenta limitações quanto ao número de participantes e cidades brasileiras contempladas. Assim, sugere-se a realização de novas pesquisas e estudos que explorem a temática da prática do psicólogo no acolhimento institucional, estudos comparativos entre as diferentes regiões do Brasil a partir da ampliação da amostra.. Indicam-se, ainda, a necessidade de estudos que visem compreender melhor as especificidades de cada profissional que compõe a equipe multiprofissional dos serviços de acolhimento a fim de potencializar suas ações em benefício das crianças e adolescentes institucionalizados.

INSTITUTIONAL CARE: DECLARING THE PRACTICE OF THE PSYCHOLOGIST AND ITS ACTION

Abstract

This study results from an academic cooperation program (Procad) between different Brazilian universities. It investigated the performance of psychology in institutions care. This is an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, with the participation of three psychologists working in host institutions, one of each city being part of the study. Individual semi-structured interviews were conducted with the participants. The instrument followed a road map with broad questions about the service and specific questions about the professional practice of psychologists. The results indicate that the psychologist's performance has focused on individual and group care, strengthening family and community ties, employee training and qualification and articulating with the Rights Assurance System.

Keywords: Institutional care; Childhood and adolescence; Psychologist practice.

ACOGIDA INSTITUCIONAL: DESCUBRIR LA PRÁCTICA DEL PSICÓLOGO Y SU ACTUACIÓN

Resumen

Este estudio proviene de un programa de cooperación académica (Procad) entre diferentes universidades brasileñas, que investigó la actuación de la psicología en instituciones de acogida, describiendo la práctica del psicólogo y su actuación. Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, con abordaje cualitativo, que contó con la participación de tres psicólogas actuantes en instituciones de acogida, siendo una de cada ciudad integrante del estudio. Se realizaron entrevistas individuales semiestructuradas con las participantes. El instrumento siguió un itinerario con cuestiones amplias sobre el servicio y cuestiones específicas sobre la práctica profesional de las psicólogas. Los resultados encontrados indican que la actuación del psicólogo se ha centrado en la atención individual y en grupo, en el fortalecimiento de vínculos familiares y comunitarios, en el entrenamiento y capacitación de funcionarios y en la articulación con el Sistema de Garantía de Derechos.

Palabras clave: Acogida institucional; Infancia y adolescencia; Práctica del psicólogo.

Referências

ALVES, E. S. Infância e Juventude: um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. **Revista Linhas**, v.2, n. 1, p. 1-19, 2001.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. **O Trabalho do Psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOEIRA, D. A. Menoridade em pauta em tempos de ditadura: A CPI do Menor (Brasil, 1975-1976). **Revista Angelus Novus**, v. 5, n. 8, p. 179-198, 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília: DF, 1962.

_____. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Brasília: DF, 1979.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DF, 1990.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: DF, 2004.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: DF, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: DF, 2006b.

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre a Nova Lei Nacional da Adoção. Brasília: DF, 2009a.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: DF, 2009b.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília: DF, 2016.

BRITO, C. O.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, v. 22, n.2, p. 401-413, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.2-11

CARVALHO, D. B.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise de experiência brasileira. **Psicologia para América Latina**, v. 1, p. 1-12, 2002.

FALEIROS, V. P. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, v.1, n.1, p. 1-9, 2004.

FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Rede de proteção: o olhar de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 727-741, 2016. DOI: 10.9788/TP2016.2-18

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA, T. A. S. **Os Psicólogos e os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**. 2014. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L. Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: HUR, D. U.; LACERCA JUNIOR, F. **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. Os desafios para a articulação entre o sistema de garantia de direitos e o sistema público de assistência social. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2013.

OLIVEIRA, L. F. **Reflexões sobre a Política de Abrigo e as Práticas de Acolhimento Institucional para Adolescentes no Município do Rio de Janeiro**. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 2, p. 153-160, 2010.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente**. 2. ed.. São Paulo: PUC-Rio, 2004.

SARMENTO, M. J. As Culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERIZARA, A. B. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da Infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.

SILVA, M. L.; ARPINI, D. M. Nova Lei Nacional de Adoção: revisitando as relações entre família e instituição. **Aletheia**, n. 40, p. 43-57, 2013.

SILVA, C. D. L. et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 55-65, 2015.

Data de recebimento: 19/10/2017

Data de aceite: 09/05/2018

Sobre os autores:

Juliano Beck Scott é Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço Eletrônico: bs.juliano@gmail.com

Isabel Fernandes de Oliveira é Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço Eletrônico: fernades.isa@gmail.com

Aline Cardoso Siqueira é Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço Eletrônico: alinecsiq@gmail.com